

# Política Externa do Brasil e os países emergentes nos espaços multilaterais – desenvolvimento de pesquisa nuclear Autor: Felipe Bressan Giordani<sup>1</sup>

Autor: Felipe Bressan Giordani<sup>1</sup>
Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva<sup>2</sup>

- 1- Graduando do curso de Relações Internacionais/UFRGS
- 2- Professor orientador

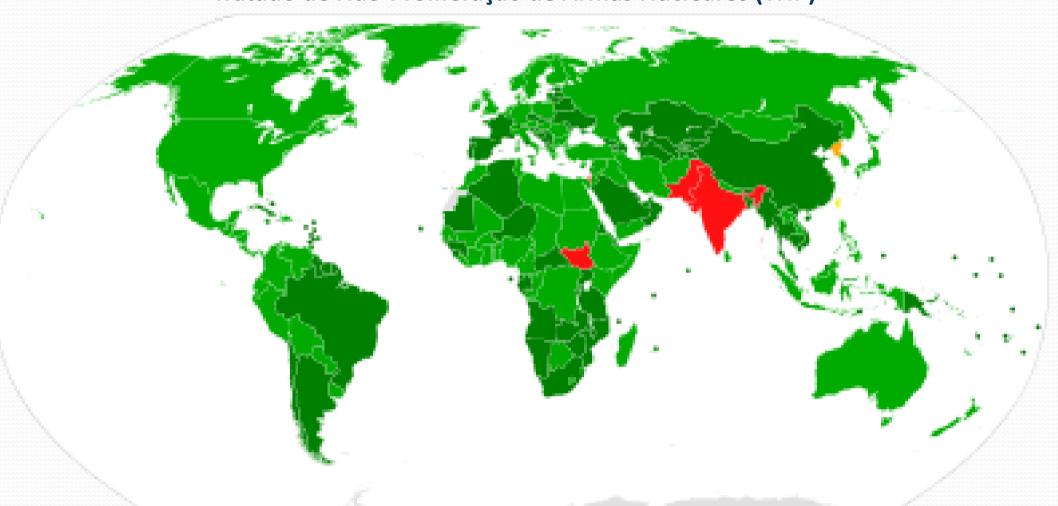
#### Introdução

A presente pesquisa buscou contribuir para uma análise da política externa brasileira e das relações do país com o grupo "Next Eleven" (N-11) na política internacional, com enfoque na verificação e no estudo da atuação do Brasil e dos países emergentes nas discussões sobre controle e desenvolvimento da pesquisa nuclear, bem como seus impasses.

### Objetivos

A pesquisa tem como objetivo analisar a política externa brasileira no que concerne a pesquisa nuclear e as discussões em torno do TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), assim como examinar as relações e os acordos do país com outras nações emergentes (BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e integrantes do N-11 ("Next Eleven" — Bangladesh, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Turquia e Vietnã) durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)



### Metodologia

\*assinados e ratificados (verde-claro); aderiram (verde-escuro); membros cumpridores por tratado (amarelo); denunciados (laranja); não-signatários (vermelho). \*fonte: Wikipedia.

#### Resultados

Foram analisados periódicos, artigos (nacionais e internacionais) e outros materiais midiáticos referentes ao desenvolvimento de tecnologia nuclear, à política externa brasileira e ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

#### Conclusões

Através desta pesquisa, foi constatado que o governo Lula buscou essencialmente indagar e pressionar os países detentores de armas nucleares a cumprirem com o desarmamento proposto pelo TNP. Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias nucleares e a busca de novas parcerias (como China e Rússia) foram pontos centrais da diplomacia brasileira nesse período. Para atingir tais fins, o país procurou liderar os debates internacionais acerca da não-proliferação nuclear, com o intuito de tornar-se uma nação de peso no cenário mundial.

O governo do Presidente Lula da Silva, em se tratando de regimes nucleares, manteve a política internacional de Fernando Henrique Cardoso, preservando como elemento central a não-proliferação (respeitando o estipulado pelo TNP) e o desenvolvimento de um programa nuclear nacional. Para atingir tais objetivos, Lula sublinhou a importância da cooperação estrangeira para a aquisição de conhecimento e tecnologia, procurando novos parceiros, como a Rússia e a França. Também deu ênfase à cooperação Sul-Sul, aos encontros dos BRICS a às diplomacias bilateral e multilateral, mirando o estabelecimento do país como um tomador de decisões no cenário internacional, procurando construir seu reconhecimento externo. O país procurou viabilizar o diálogo com as potências do Norte e atuar como um elemento central e garantidor de estabilidade e de segurança regional, operando como catalisador das demandas de inúmeros países.

Em se tratando das relações brasileiras com outras nações emergentes, a resolução sobre a política iraniana dominou o debate internacional nuclear nos últimos anos e aumentou significativamente as relações bilaterais do Brasil com o país asiático. O Brasil defendeu o direito iraniano de enriquecer urânio e, devido a isto, recebeu inúmeras críticas de algumas potências, como os EUA. Lula estreitou suas relações com a Turquia para a mediação do problema, atingindo um acordo em outubro de 2009 com o Irã, no qual o país permitiria inspeções em suas usinas nucleares. O evento favoreceu uma maior inserção brasileira nas cooperações Sul-Sul, com países como a China, a Índia e a África do Sul, principalmente. O papel brasileiro no caso iraniano demonstra que o país está cada vez mais presente no cenário internacional, apresentando-se como uma nação de peso no sistema mundial e ganhando destaque como um potencial Estado a tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.





GESPI – Grupo de Pesquisa em Segurança e Política Internacional

## Referências Bibliográficas

-FLEMES, Daniel. Brazil's nuclear policy: from technological dependence to civil nuclear power. **GIGA Working Papers**, 2006, n.º 23: 1-34.

-FONSECA, Leandro Dalalibera. TNP e o Regime Internacional de Não-Proliferação: Desafios Contemporâneos. **Conjuntura Global**, Curitiba, Vol. 2, n.1, jan./mar., 2013, p.8-12.

-JESUS, Diego Santos Vieira de. Desde Angra Hacia Teherán: la política nuclear brasileña bajo la administración Lula. **América Latina Hoy**, 58, 2011, pp. 103-120.

-JESUS, Diego Santos Vieira de. O Brasil e a não proliferação, o desarmamento e o uso pacífico da

energia nuclear (2003-2010). **Militares e política**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 23-38.
-MEZA, Adela Cubillos. El desarrollo nuclear de Brasil: reseña histórica. **Memorias : Revista Digital de** 

Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano, 2012, Vol.9(17), p.170-204. -PATTI, Carlo. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional, 2010, Vol.53, p.178-195.